https://journals.scientia.international/SIJSocial
Scientia International Journal for Social Sciences
Vol. 1, 1 (2026)
Tipo: Artigo de pesquisa | DOI: 10.56365/dwg0pg25

A Comunicação do Governo Bolsonaro: Análise Quanti-Quali do Twitter (2019 - 2022)

Evanway Sellberg Soares [1]*

[1] Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, São Paulo, Brasil; https://orcid.org/0000-0001-8969-9177

* Autor correspondente: evanways@yahoo.com.br.

Resumo

Este estudo investiga a busca de pressão de grupos evangélicos neoconservadores na formulação de políticas públicas no Brasil durante o governo Bolsonaro (2019-2022). O objetivo principal foi identificar temáticas recorrentes nos discursos proferidos no Twitter (atual X) de figuras políticas ligadas ao governo e líderes religiosos, buscando compreender as dinâmicas de influência e a relação entre a agenda religiosa e as ações governamentais. A pesquisa empregou metodologia mista, combinando análise quantitativa e qualitativa de 72.750 tweets coletados entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, utilizando o programa Twitonomy para coleta e o software MAXQDA para análise. O corpus incluiu manifestações de Jair Bolsonaro, seus filhos Eduardo e Carlos, ministros da Educação e da Mulher, Família e Direitos Humanos, além de líderes religiosos como Marco Feliciano e Silas Malafaia. Os resultados revelaram que temas religiosos, como "Deus" e pautas de "costumes", ganharam destaque principalmente em anos eleitorais, e que a relação entre religiosos e o governo baseou-se mais em identidade política neoconservadora do que em princípios religiosos específicos. A análise demonstrou que o apoio vocal de líderes religiosos fundamentou-se mais na defesa da identidade neoconservadora do que na pressão para implementação de pautas morais ou religiosas específicas.

Palavras-chave: Evangélicos; Neoconservadorismo; Governo Bolsonaro; Redes Sociais; Política Brasileira.

Detalhes do artigo | Avaliação por pares aberta
Editado por:
Bruno César Alves Marcelino
Avaliado por:
Fabio do Vale
Gelson Weschenfelder
Citação:
Sellberg Soares, E. (2026). A Comunicação do Governo Bolsonaro: Análise Quanti-Quali do Twitter (2019 - 2022). *Scientia International Journal for Social Sciences*, 1 (1), 29. https://doi.org/10.56365/dwg0pg25

Histórico do artigo
Recebido: 16/12/2025
Revisado: 02/04/2026
Aceito: 02/04/2026
Disponível: 27/05/2026

Check for updates

ISSNe 3127-2894 © 2026 Os autores. Publicado por Scientia.International S.L. (Espanha).
Artigo de acesso aberto sob licença CC BY 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0).

1. Introdução

Um dos grandes debates das últimas décadas nas ciências sociais refere-se à teoria da secularização, defendida fortemente por Berger (1985) em "O Dossel Sagrado". O autor argumentava que a secularização seria o processo de subtração do poder religioso sobre as esferas culturais e societais, resultando em pluralismo religioso que enfraqueceria os monopólios de sentido e levaria à privatização da religião. Posteriormente, Berger (2000) reviu sua posição, reconhecendo a existência de uma dessecularização caracterizada pelo crescimento de "movimentos conservadores, ortodoxos ou tradicionalistas" (p. 13) religiosos.

Casanova (2006) propõe uma abordagem mais nuançada, distinguindo três aspectos da secularização: diferenciação institucional, declínio das crenças religiosas e privatização da religião. Para o autor, apenas o primeiro aspecto seria universal na modernidade. Esse aspecto é o que é entendido hoje como laicidade[*].

Mariano (2011) analisa a "laicidade à brasileira", caracterizada por uma separação formal entre Estado e Igreja, mas com influência religiosa persistente no espaço público. O autor destaca que "sem a secularização do Estado brasileiro e a garantia estatal à liberdade religiosa, o pentecostalismo dificilmente poderia usufruir das condições necessárias para granjear tamanho sucesso numérico, midiático e político" (MARIANO, 2002, p. 20). Assim, o Brasil apresenta-se como campo profícuo para o estudo das relações entre Estado e Igreja, especialmente considerando a mudança de atuação dos grupos evangélicos após a redemocratização.

Durante a Constituinte de 1986, os evangélicos mobilizaram-se por um moralismo religioso focado em ataques ao comunismo, às atividades sexuais e direitos reprodutivos, e proteção à família (PIERUCCI, 1987, 1989). Essa posição conservadora manteve-se nos mandatos posteriores, intensificando-se com o crescimento numérico evangélico e mudanças em sua forma de atuação política (CARVALHO; SIVORI, 2017), culminando no apoio massivo a Jair Bolsonaro em 2018.

O apoio evangélico a candidatos é uma constante na política brasileira pós-redemocratização. Houve apoio a Collor, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff, sempre baseado em pautas morais. A primeira grande divisão ocorreu em 2002, quando a Assembleia de Deus e Quadrangular apoiaram José Serra, enquanto a Igreja Universal do Reino de Deus apoiou Luís Inácio Lula da Silva (BURITY, 2006, p. 198).

Com Dilma Rousseff, o cenário mudou devido à pauta do aborto utilizada em 2010. Durante seu mandato, enfrentou forte oposição da Frente Parlamentar Evangélica devido às pautas morais, resultado de um ethos

---

[*] Se entende aqui o princípio da laicidade como a separação formal entre Estado e grupos religiosos, como apresentado no Brasil desde a constituição de 1891, mas que engloba um conjunto de processos no decorrer da história que apresenta uma gama de tensões, e que, no caso do Brasil, tem maior relações com grupos evangélicos e católicos. Para mais informações sobre as discussões entorno dos conceitos de secularização e laicidade são sugeridos os estudos feitos por:

CATROGA, Fernando. Entre Deuses e Césares: Secularização, laicidade e religião civil. Coimbra: Almedina, 2010.

WILLAIME, Jean-Paul European Integration, Laïcité and Religion, Religion, State and Society, 37:1-2, 23-35, 2009.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da Silva. Laicidade do Estado: dimensões analítico-conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. Sociologias, Porto Alegre, ano 21, n. 51, maio-ago, p. 278-304, 2019.

E para o caso específico no Brasil se sugerem os estudos de:

CAMURÇA, Marcelo Ayres. CAMURÇA, M. A. "A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias". Horizonte, vol. 15, nº 47: 855-886, 2017.

_____. Um poder evangélico no estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 82-104, jan./abr, 2020.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011.

_____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: Secularização e pluralismo em debate. Civitas: Pòrto Alegre. v. 16, n. 4, p. 710-728, out – dez, 2016.

BOSSIO, María Pilar García. La laicidad problematizada. Su uso para pensar organismos estatales. Religião & Sociedade; 38(2); 148-173; 2018.

TANAKA, Marcela. "Secularização, Laicidade E Espaço Público: Como Pensar A Política Contemporânea Brasileira À Luz Da Religião?". Religião &Amp; Sociedade, vol 40, no. 3, pp. 169-188, 2020.

cristão conservador (TADVALD, 2015), culminando no apoio do segmento ao impeachment de 2016 e posterior apoio a candidatura de Jair Bolsonaro em 2018.

O governo Bolsonaro é reconhecido como pertencente ao conjunto de governos de extrema-direita que se articulam com valores e grupos religiosos neoconservadores, similar a Donald Trump nos Estados Unidos, Marine Le Pen na França e Viktor Orbán na Hungria (LÖWY, 2019).

Nesse contexto, a literatura especializada identifica transformações na atuação política evangélica. Almeida (2017) aponta para uma "onda conservadora" que articula valores religiosos com posições políticas de direita. Machado (2018) analisa como o discurso cristão sobre a "ideologia de gênero" tornou-se central nas disputas políticas contemporâneas, principalmente focados em posições conservadoras[†].

O neoconservadorismo brasileiro, conforme analisado por Almeida (2018), articula liberalismo econômico com conservadorismo moral, utilizando símbolos religiosos para legitimação política. Essa combinação distingue-se de conservadorismos tradicionais por sua adaptação à modernidade capitalista.

Contudo, Prandi e Santos (2017) demonstram que, apesar da visibilidade da bancada evangélica, existe heterogeneidade significativa no eleitorado evangélico, questionando generalizações sobre comportamento político uniforme.

Assim, este estudo insere-se no debate sobre secularização, contribuindo para as discussões sobre influência religiosa no Estado, tanto na ação de políticos eleitos com capital religioso quanto na utilização de preceitos religiosos para mobilização do debate público.

2. Objetivos da Pesquisa

Esse trabalho buscou compreender a relação entre grupos evangélicos neoconservadores e o governo Bolsonaro, analisando se esses grupos buscaram pressionar o governo para a formulação de políticas públicas[‡] ou se atuam mais como grupos de apoio político. Para isso, foi necessário identificar as temáticas

---

[†] Para esse trabalho, não se faz necessária uma pesquisa extensa sobre a evolução do conceito de conservadorismo e suas discussões; dado o recorte temporal da pesquisa e seu objeto de estudo toma-se como referência o conceito de conservador como apresentado por Almeida (2017), um termo em disputa e que no Brasil decorre de quatro forças: econômica; moral; securitária e interacional. Econômica, pois se apresenta como meritocrática e empreendedora, ligada à teologia da prosperidade propagada por denominações neopentecostais, assim, perpetuando a estrutura econômica e social dada (SMITH, 2019; ARAGUSUKU, 2019), o que em ambos os casos aparece como uma contradição, visto que grande parte da população afetada negativamente pelas políticas neoliberais são do segmento evangélico. Moral, no sentido de defender contra os avanços do secularismo nos comportamentos e valores, o que resultaria, segundo o autor, na tentativa para a efetivação da moralidade pentecostal na ordem legal, tendo entre os protagonistas dessas ações, Marco Feliciano e Silas Malafaia. Securitária no sentido de apresentar uma postura mais repressiva e punitiva dos aparelhos de segurança do Estado, ligadas à "redução da maioridade penal, a lei do desarmamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, a militarização de parcela da gestão pública, entre outros" (ALMEIDA, 2017, p. 22). Interacional, no sentido da forma como o movimento conservador se relaciona com outros grupos e, nesse sentido, Almeida aponta para a mobilização dos termos vingança, fobia e ódio na onda conservadora. Para uma discussão mais extensa e aprofundada sobre o conceito, recomenda-se como ponto de partida:
SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Tendências ideológicas do conservadorismo. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco: Pernambuco. (2016).
CAZETTA, Felipe. Intelectuais conservadores e a luta pelo poder: Le Bon, Sorel, Action Française e Integralismo Lusitano. História (São Paulo) [online], v. 36, n. 00, e2, 2017.
Lacerda faz referência ao texto FRESTON, Paul. Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment. Campinas: Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1993.
CHESNUT, R. Andrew. Born Again in Brazil: The Pentecostal Boom and the Pathogens of Poverty. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

[‡] Durante esse trabalho se utilizará o conceito de políticas públicas como definida por Souza (2006), visto que "políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. [...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em

mais recorrentes nos discursos de líderes políticos e religiosos nas redes sociais; assim como analisar a evolução temporal dessas temáticas durante o mandato presidencial. A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de compreender a relação entre grupos e grupos religiosos em um contexto democrático.

3. Métodos e metodologia de pesquisa

Esta pesquisa, realizada entre 2019 e 2022, adotou abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa e qualitativa para compreender as dinâmicas discursivas entre atores políticos e religiosos. O desenho metodológico baseia-se na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), adaptada para o ambiente digital das redes sociais. E o corpus foi composto por tweets de doze indivíduos, categorizados em três grupos distintos:

Líder religioso (1): Silas Malafaia, pastor evangélico com mais de 1,8 milhões de inscritos no YouTube e 1,5 milhões de seguidores no Twitter, reconhecido por suas posições políticas conservadoras.

Líderes político-religiosos (4): Marco Feliciano (Deputado Federal), Damares Alves (Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos), André Mendonça (Advogado-Geral da União e posteriormente Ministro da Justiça), Milton Ribeiro (Ministro da Educação).

Líderes políticos (7): Jair Bolsonaro (Presidente), Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal), Carlos Bolsonaro (Vereador), Ricardo Vélez Rodrigues (Ministro da Educação), Abraham Weintraub (Ministro da Educação), Cristiane Britto (Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos), Victor Godoy Veiga (Ministro da Educação).

A seleção dos participantes baseou-se nos critérios de relevância política durante o período estudado, possibilidade de influência nas redes sociais, representatividade de diferentes segmentos (religioso, político-religioso, político) e atuação ativa no Twitter durante o período analisado[§].

A coleta foi realizada utilizando o programa Twitonomy, que utiliza APIs do Twitter (atual X) para extração de dados. O período total compreendeu janeiro de 2019 a dezembro de 2022, resultando em 72.750 tweets coletados[**].

---

planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação" (2006, p. 26).

[§] É válido relembrar a família Bolsonaro contava com o presidente da República Jair Bolsonaro e sua primeira dama Michelle Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro. Também é importante ressaltar a atuação de Michelle Bolsonaro na aproximação entre a presidência e grupos evangélicos assim como a atuação de Renan Bolsonaro, que em 2021 era investigado por tráfico de influência política, sendo, contudo, encontrado inocente no ano de 2022 pela investigação da Polícia Federal; mesmo que essa tenha acusado interferência da ABIN nas investigações. Contudo, para esse momento da pesquisa, se optou pela não utilização de Michelle, Flávio e Renan na pesquisa; o motivo dessa escolha se deu por não serem Michelle e Renan parte institucional da política, o que de maneira nenhuma desmerece sua participação, mas que nesse momento da pesquisa de relações entre institucionalidades não se faz necessário. Já Flávio foi desconsiderado pois, para um projeto de lei ser aprovado, é necessário que passe primeiro pelo congresso, assim, esse setor já está contemplado na figura de Eduardo Bolsonaro.

[**] Foram deletados, no ano de 2019, 703 tweets da equipe ministerial de Jair Bolsonaro, sendo que Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro, Damares Alves e Abraham Weintraub responsáveis por 436 deles (Metropoles.Com, 2023, https://www.metropoles.com/brasil/li-o-que-voce-apagou-os-tweets-deletados-da-gestao-bolsonaro.Acesso em 15/07/2023). Supondo a manutenção dessa média de 109 tweets deletados, por pessoa, por ano, e a estendendo até 2022 para os perfis acompanhados (Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Marco Feliciano, Damares Alves e Silas Malafaia foram acompanhados pelos 4 anos, enquanto os responsáveis pelo Ministério da Educação e a AGU foram acompanhados de acordo com seus mandatos, e houve a adição de Cristiane Britto do momento em que Damares Alves teve que se afastar para concorrer às eleições), seria possível atingir um total de 3.924 tweets, levando o número total de tweets para 76.674; supondo-se que nenhum dos tweets apagados tenham sido capturados pela pesquisa é possível aferir uma margem de erro de 0,11% com um nível de

Os tweets foram organizados em conjuntos de documentos por autor e ano, permitindo análises longitudinais e comparativas[††]. Por exemplo, "Jair Bolsonaro 2022" constitui um conjunto de planilhas contendo todos os tweets do presidente no ano de 2022. Já a análise foi conduzida utilizando o software MAXQDA, especializado em análise de dados qualitativos, quantitativos e métodos mistos. O processo incluiu a identificação dos termos mais utilizados por cada participante e período, aplicando lista de exclusão para remover artigos, pronomes e outros termos não relevantes; o agrupamento de termos por tema (ex.: "deus", "Deus", "divindade" agrupados como "Deus"), permitindo análise mais precisa da relevância temática; identificação dos contextos mais frequentes de uso dos termos, como "Deus" utilizado no contexto de "benção" ou "cuidado"; a utilização do coeficiente R de Pearson para identificar correlações entre termos, revelando padrões de associação discursiva e, por fim, a comparação da evolução temática ao longo dos quatro anos, identificando padrões sazonais e tendências.

4. Desenvolvimento e Resultados

O corpus total de 72.750 tweets distribuiu-se conforme apresentado na Tabela 1, com a família Bolsonaro correspondendo a aproximadamente 56% do total de publicações: Eduardo Bolsonaro (25%), Carlos Bolsonaro (18%) e Jair Bolsonaro (13%). Silas Malafaia e Marco Feliciano também apresentaram números elevados, com 13% e 12%, respectivamente.

Compilado de Tweets por ano (2019 – 2022)						
Nome	2019	2020	2021	2022	Total	%
Pres. Jair Bolsonaro	2216	2587	1982	2432	9217	13%
Dep. Eduardo Bolsonaro	3081	5029	4512	5474	18096	25%
Dep. Marco Feliciano	1509	3588	2114	1472	8683	12%
Min. Abraham Weintraub	2754	1928	0	0	4682	6%
Min. André Mendonça	430	361	89	0	880	1%
Min. Cristiane Britto	0	0	0	168	168	0%
Min. Damares Alves	1478	1695	1145	936	5254	7%
Min. Milton Ribeiro	0	196	1382	265	1843	3%
Min. Ricardo Velez	154	0	0	0	154	0%
Min. Victor Godoy	0	0	0	711	711	1%
Pr. Silas Malafaia	2068	2925	2456	2165	9614	13%
Ver. Carlos Bolsonaro	2609	2890	2194	5755	13448	18%

confiança de 99% aos dados apresentados sobre as temáticas que serão trabalhadas a seguir. É necessário afirmar que essa projeção de tweets apagados é, muito provavelmente, maior do que o total, dado a proporcionalidade que cada perfil representa no total de publicações.

[††] A busca foi feita em qualquer palavra superior a 1 (um) caractere, com os critérios de diferenciação por documentos, por grupos de documentos "nível superior" e conjuntos de documentos, além da busca lematizada assim como não lematizada, sendo cada um especificado no decorrer do texto; em todos os casos se ignorou links, endereços de e-mail, números e a lista de exclusão com preposições, artigos, emoticons, nomes dos próprios autores e outros termos não significativos

TABELA 1: Compilado de Tweets por ano. Fonte propria

4.1. Análise Temática Longitudinal

A análise da frequência de termos ao longo dos quatro anos revelou consistência temática, com variações significativas apenas em momentos específicos. Os dez termos mais frequentes mantiveram-se relativamente estáveis, com algumas alterações pontuais relacionadas a eventos conjunturais.

5. Evolução dos 10 termos mais frequentes por ano				
6. Posição	7. 2019	8. 2020	9. 2021	10. 2022
11. 1º	12. Brasil	13. Brasil	14. Brasil	15. Brasil
16. 2º	17. Governar	18. Presidente	19. Presidente	20. Presidente
21. 3º	22. Presidente	23. Governar	24. Governar	25. Brasileiro
26. 4º	27. País	28. Brasileiro	29. Povo	30. Povo
31. 5º	32. Poder	33. Deus	34. Brasileiro	35. Governar
36. 6º	37. Bom	38. Povo	39. Poder	40. Poder
41. 7º	42. Deus	43. Poder	44. País	45. Deus
46. 8º	47. Trabalhar	48. País	49. Vacinar	50. Bom
51. 9º	52. Brasileiro	53. Bom	54. Bom	55. País
56. 10º	57. Família	58. Trabalhar	59. Deus	60. Democracia

TABELA 2: Evolução dos 10 termos mais frequentes por ano. Fonte Própria.

O ano de 2019, primeiro do mandato presidencial, caracterizou-se pelo estabelecimento da agenda governamental. Entre os 10 termos mais utilizados, apenas dois relacionavam-se com temas tradicionalmente evangélicos: "Deus" (7ª posição) e "Família" (10ª posição).

A análise contextual revelou que "Deus" aparecia principalmente como expressão "Deus abençoe" (64 vezes, 8,5% do total em 2019) e ligado à "Assembleia de Deus" (46 vezes, 6,1%). Com os maiores utilizadores sendo Silas Malafaia, Marco Feliciano e Eduardo Bolsonaro. Já "Família" aparecia ligada à ideia de "conforto" em 31 ocasiões (4,1%).

A baixa correlação entre "Deus" e "família" (R = 0,24) sugere pouca relação numérica entre esses termos tradicionalmente associados a grupos religiosos conservadores, como demonstrado na Tabela 3.

Correlação R de Pearson: Deus e Família - 2019							
	Poder	País	Presidente	Governar	Brasil	Deus	Família
Poder		0,435	0,435	0,446	0,567	0,360	0,302
País	0,435		0,485	0,675	0,685	-0,214	-0,055

Presidente	0,435	0,485		0,523	0,566	0,082	-0,051
Governar	0,446	0,675	0,523		0,563	-0,028	0,052
Brasil	0,567	0,685	0,566	0,563		-0,035	0,040
Deus	0,360	-0,214	0,082	-0,028	-0,035		0,242

TABELA 3: Correlação R de Pearson: Deus e Família. Fonte própria.

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de COVID-19 e eleições municipais. O termo "Deus" ascendeu para a 5ª posição, acompanhado de maior atuação dos líderes religiosos Silas Malafaia e Marco Feliciano (31% das publicações contra 22% em 2019).

Marco Feliciano e Silas Malafaia alinharam-se ao governo durante a pandemia, defendendo a manutenção de atividades econômicas e criticando medidas de isolamento social. O termo "família" foi substituído por "povo", indicando mudança na estratégia discursiva. Nesse contexto o termo “Deus” aparece como "Deus abençoe", com 153 aparições (12,7%), "Graças a Deus" tendo 77 aparições (6,3%), e ligados ao termo "Brasil", 67 aparições (5,5%) e "Povo", 59 aparições (4,9%). No caso da correlação entre “Brasil” e “Deus”, são se vê uma alta significância (R = 0,6).

Correlação R de Pearson: Deus e outros termos de 2020					
	Brasileiro	Presidente	Governar	Brasil	Deus
Brasileiro		0,668	0,656	0,769	0,641
Presidente	0,668		0,621	0,759	0,401
Governar	0,656	0,621		0,779	0,546
Brasil	0,769	0,759	0,779		0,600
Deus	0,641	0,401	0,546	0,600	

TABELA 4: Correlação R de Pearson: Deus e demais termos de 2020. Fonte Própria.

Em 2021, o termo "Deus" declinou para a 10ª posição, demonstrando influência decrescente de grupos religiosos conservadores. A análise revelou que 54,72% das menções provinham de Malafaia (203) e Feliciano (110), confirmando o padrão de líderes religiosos como interlocutores do governo.

A correlação entre "Brasil" e "Presidente" fortaleceu-se significativamente, passando de 0,759 em 2020 para 0,815 em 2021, evidenciando tentativa crescente de associar Bolsonaro ao país, como apresentado na Tabela 5.

Correlação R de Pearson: Deus e outros termos de 2021

	Brasil	Presidente	Governar	Povo	Deus
Brasil		0,815	0,786	0,336	0,270
Presidente	0,815		0,830	0,382	0,347
Governar	0,786	0,830		0,270	0,211
Povo	0,336	0,382	0,270		0,699
Deus	0,270	0,347	0,211	0,699	

TABELA 5: Correlação R de Pearson: Deus e demais termos de 2021. Fonte Própria.

Já no ano eleitoral de 2022, "Deus" retornou à 7ª posição. Observou-se mudança significativa no uso do termo, com Eduardo e Carlos Bolsonaro correspondendo por 37,9% das menções, demonstrando utilização instrumental da religião em estratégia eleitoral. Contudo, o termo não apresenta correlação alta com nenhum outro termo significante, como apresentado na Tabela 6. E o termo "democracia" entrou no ranking de termos mais usados, substituindo "vacinar", refletindo o debate eleitoral centrado na defesa democrática.

Correlação R de Pearson: Deus e outros termos de 2022					
	Deus	Presidente	Povo	Brasileiro	Brasil
Deus		0,511	0,643	0,460	0,477
Presidente	0,511		0,328	0,391	0,766
Povo	0,643	0,328		0,652	0,391
Brasileiro	0,460	0,391	0,652		0,604
Brasil	0,477	0,766	0,391	0,604	

TABELA 6: Correlação R de Pearson: Deus e demais termos de 2022. Fonte Própria.

A análise de correlações utilizando o coeficiente R de Pearson revelou padrões consistentes ao longo dos quatro anos. O crescimento constante da correlação Brasil-Presidente indica estratégia deliberada de associação entre Bolsonaro e símbolos nacionais. A elevação da correlação Deus-Presidente em 2022 confirma o uso eleitoral da religião.

61. Evolução das principais correlações				
62. Correlação	63. 2019	64. 2020	65. 2021	66. 2022
67. Brasil-Presidente	68. 0,566	69. 0,759	70. 0,815	71. 0,766
72. Deus-Presidente	73. 0,082	74. 0,401	75. 0,347	76. 0,511
77. Deus-Família	78. 0,242	79. -	80. -	81. -
82. Brasil-Governar	83. 0,563	84. 0,779	85. 0,786	86. -

TABELA 7: Evolução das principais correlações. Fonte Própria.

Por outro lado, a análise de termos relacionados a direitos sexuais e reprodutivos ("LGBT", "Gay", "Gênero", "Feminismo", "Homossexual") revelou tendência decrescente consistente, tendo consistentemente Eduardo Bolsonaro como maior utilizador, seguido por Silas Malafaia e Marco Feliciano, esse normalmente utilizado em contextos que buscava se defender contra a "esquerda".

87. Evolução da frequência de termos LGBT		
88. Ano	89. Total de Menções	90. Variação Anual
91. 2019	92. 157	93. -
94. 2020	95. 133	96. -15,3%
97. 2021	98. 125	99. -6,0%
100. 2022	101. 65	102. -48,0%

TABELA 8: Evolução da frequência de termos LGBT. Fonte Própria.

Os contextos de utilização foram predominantemente negativos, associando esses termos à "ideologia de gênero" e posicionando-os como ameaças aos valores tradicionais.

4.2. Padrões de Atuação dos Líderes Religiosos

A análise identificou três padrões principais na atuação de líderes religiosos: Defesa Governamental, Antagonismo Institucional e Mobilização Eleitoral. Líderes religiosos atuaram predominantemente defendendo o governo, não pressionando por pautas específicas. Silas Malafaia e Marco Feliciano funcionaram como porta-vozes governamentais, reproduzindo narrativas oficiais. Também, ataques coordenados ao STF, imprensa e governadores de oposição caracterizaram o discurso religioso-político. O STF foi particularmente visado, sendo apresentado como ameaça à liberdade religiosa. Além da intensificação de atividades em anos eleitorais (2020 e 2022), com convocação de jejuns, manifestações e eventos religiosos com conteúdo político explícito.

Nesse sentido, a pesquisa identificou clara sazonalidade nas temáticas religiosas. Em anos não eleitorais, como 2019 e 2021 percebeu-se a menor utilização de termos religiosos, com foco em questões administrativas e econômicas, além da religião como elemento de apoio, não mobilização. Já em anos eleitorais, como 2020 e 2022, houve aumento significativo de referências religiosas, utilização do lema "Deus, Pátria, Família e Liberdade" e a instrumentalização de símbolos cristãos.

5. Discussão dos Resultados

Os resultados confirmam a hipótese central de que a relação entre evangélicos neoconservadores e o governo Bolsonaro baseou-se mais em identidade política que em princípios religiosos específicos. A baixa correlação entre termos religiosos e a queda na utilização de pautas morais tradicionais indicam que o apoio vocal não se traduziu em pressão efetiva por políticas específicas. Esta descoberta alinha-se com a literatura sobre neoconservadorismo (ALMEIDA, 2018), que identifica a religião como um elemento dentro de uma constelação ideológica mais ampla, incluindo liberalismo econômico, autoritarismo político e nacionalismo cultural.

Ainda, a elevação dos termos religiosos em anos eleitorais (2020 e 2022) sugere instrumentalização estratégica da religião para fins eleitorais. O aumento da correlação Deus-Presidente de 0,347 em 2021 para 0,511 em 2022 demonstra uso calculado de símbolos religiosos. Esta instrumentalização não é fenômeno exclusivamente brasileiro, encontrando paralelos nos populismos de direita globais analisados por Löwy (2019) e nas estratégias de líderes como Viktor Orbán na Hungria e Donald Trump nos Estados Unidos.

Contrariamente à percepção comum sobre influência evangélica, os dados demonstram busca limitada de pressão para influenciar na formulação de políticas públicas. Alguns fatores podem explicar essa limitação: heterogeneidade do grupo evangélico, divisões internas à identidade coletiva neoconservadora e sistema de freios e contrapesos da democracia brasileira (SOARES, 2025).

Primeiramente, a comunidade evangélica brasileira não constitui bloco monolítico. Divisões internas sobre economia, segurança e mesmo questões morais limitaram a capacidade de pressão unificada. Além disso, grupos militares, econômicos e técnicos dentro do governo competem com a influência religiosa.

Os resultados contribuem para o debate sobre secularização no Brasil, demonstrando que, mesmo em governo com forte apoio evangélico, a laicidade do Estado, ao menos no campo discursivo, manteve-se preservada vista a baixa pressão evangélica contra o governo, de modo que a identidade política teve prevalência. Esta descoberta apoia a tese de Mariano (2011) sobre a "laicidade à brasileira", caracterizada por separação formal com influência simbólica persistente, mas dentro de limites institucionais democráticos.

Portanto, a pesquisa identificou papel da religião na polarização política brasileira, servindo mais como marcador identitário que como fonte de pressão por políticas específicas. Esta polarização, embora pareça intensa no plano discursivo, não se mostrou na realidade. O padrão observado sugere que a religião, no contexto brasileiro contemporâneo, opera mais como recurso de mobilização política que como fonte de autoridade política autônoma; além de como defensora de identidades políticas previamente dadas.

6. Conclusões

Esta pesquisa analisou 72.750 tweets de políticos e líderes religiosos durante o governo Bolsonaro, revelando padrões específicos na relação entre religião e política no Brasil contemporâneo.

Temas religiosos ganharam proeminência principalmente em anos eleitorais, confirmando uso instrumental. A correlação Deus-Presidente aumentou significativamente em 2022 (0,511), contrastando com valores menores em anos não eleitorais. Observou-se também a redução consistente na discussão de direitos sexuais e reprodutivos, com queda entre 2021 e 2022, demonstrando que temas morais tradicionais não foram centrais mesmo em governo conservador.

Líderes como Silas Malafaia e Marco Feliciano atuaram mais defendendo o governo que pressionando por pautas específicas, funcionando como porta-vozes políticos em linguagem religiosa. O crescimento constante da associação discursiva entre Bolsonaro e símbolos nacionais superou largamente correlações religiosas.

Os resultados questionam interpretações simplistas sobre dessecularização, demonstrando que influência religiosa contemporânea opera dentro de marcos seculares, competindo com outras fontes de autoridade e identidade, como a política. A pesquisa confirma, ao menos em termos comunicacionais, que o neoconservadorismo brasileiro articula religião com outros elementos ideológicos, sendo a identidade política, não religiosa, o fator determinante.

Contudo, mais estudos se fazem necessários para verificar se ss instituições democráticas brasileiras demonstraram capacidade de resistir a pressões religiosas extremas, mantendo laicidade formal mesmo sob governo com forte retórica religiosa. O caso brasileiro ilustra limitações estruturais do populismo religioso em democracias constitucionais, onde sistema de freios e contrapesos restringe transformações radicais. De

modo que redes sociais emergiram como espaço central de articulação entre religião e política, mas sua influência limitou-se ao plano simbólico e, mesmo nesse, à defesa de uma identidade política.

Esta pesquisa demonstrou, portanto, que apesar do apoio vocal de líderes evangélicos e da utilização de símbolos religiosos em campanhas eleitorais, a busca de pressão efetiva foi limitada. A relação baseou-se mais em identidade política neoconservadora que em princípios religiosos específicos.

Os achados questionam narrativas sobre "teocracia" ou "estado confessional" no Brasil, indicando que a influência religiosa, embora presente, opera dentro dos limites institucionais democráticos. A laicidade do Estado brasileiro manteve-se preservada em termos comunicacionais, com influência religiosa manifestando-se principalmente no plano simbólico, mas de forma pouco expressiva. Estes resultados contribuem para compreensão mais nuançada das relações entre religião e política no Brasil contemporâneo, evidenciando complexidades que transcendem dicotomias simplistas entre secular e religioso.

Referências

Almeida, R. de. (2017). A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, (50).

Almeida, S. L. (2018). Neoconservadorismo e liberalismo. In E. S. Gallego (Org.), *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil* (pp. 27–32). Boitempo.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Berger, P. L. (1985). *O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. Paulinas.

Berger, P. L. (2000). A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião e Sociedade*, *21*(1), 9–24.

Burity, J. (2006). Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições de 2002. In J. Burity & M. D. C. Machado (Orgs.), *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil* (pp. 180–213). Massangana.

Carvalho, M. C., & Sivori, H. F. (2017). Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cadernos Pagu*, (50).

Casanova, J. (2006). Rethinking secularization: a global comparative perspective. *The Hedgehog Review*, *8*(1–2), 7–22.

Löwy, M. (2019). Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *A Terra é Redonda*.

Machado, M. D. C. (2018). O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, *26*(2).

Mariano, R. (2002). *Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso*. Paper apresentado no 3º Congreso Virtual de Antropología y Arqueología, NAYA.

Mariano, R. (2011). Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, *11*(2), 238–258.

Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, (19).

Pierucci, A. F. (1989). Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, (11), 104–132.

Prandi, R., & Santos, R. W. dos. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, *29*(2), 187–214.

Soares, E. S. (2025). *O poder evangélico: o neoconservadorismo brasileiro como processo de racionalização* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório UNESP.

Tadvald, M. (2015). A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. *Debates do NER*, *1*(27), 259–288.